

A falta de transparência, a intimidação e a pressão marcaram a COP10 da CQCT da OMS

A décima sessão da Conferência das Partes (COP10) da Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi um ponto de inflexão para muitas questões relativamente às quais a Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA) tem vindo a manifestar sérias preocupações desde há algum tempo.

A ITGA deu especial atenção à posição do Brasil através da sua delegação oficial na COP10. Para começar, há uma falta de coerência na postura do país. O Brasil é o segundo maior produtor de tabaco e o líder internacional na exportação de tabaco. Por conseguinte, o [impacto socioeconómico](#), nas regiões onde o tabaco é cultivado no país, deveria ter especial ênfase para o argumento completo poder ser compreendido. Infelizmente, a delegação oficial brasileira não teve em conta estes factos e transmitiu uma posição unilateral durante a COP10 (*exclusão de dados e factos importantes*).

Mais preocupante para os principais países produtores e exportadores de tabaco é perceber que a delegação oficial do Brasil na COP10 está a pressionar pela implementação das diretrizes da CQCT da OMS que poderiam impactar diretamente o cultivo, enquanto negligencia completamente os dados científicos que comprovam a ineficácia de tais medidas e, consequentemente, os impactos contraproducentes.

Ainda está por entender o alcance da proposta apresentada pelo Brasil que foi introduzida de forma quase inadvertida na agenda oficial da COP10 (*falta de transparência nos procedimentos*). Apesar das tentativas feitas pelo Comité Brasileiro, que incluía deputados estaduais e regionais brasileiros e solicitava total transparência sobre este ponto específico, o documento nunca foi partilhado (*falta de transparência na partilha de informações*). No entanto, foi discutido durante as sessões de esclarecimento conduzidas pelo chefe da delegação brasileira e embaixador do Brasil no Panamá, Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva. A Dra. Vera Luiza da Costa e Silva, ex-chefe do Secretariado da CQCT, que parecia estar a liderar a conversa dentro e fora da COP10, explicou que o objetivo não é interferir diretamente no cultivo, mas sim fazer avançar a conversa ambiental dentro da COP10.

Este ponto suplementar da ordem de trabalhos da reunião foi cuidadosamente calendarizado. É preciso ter em mente os esforços históricos para ligar a CQCT a outras iniciativas das Nações Unidas (ONU) com um forte impulso privado e público. Há dez anos, o tratado iniciou a abordagem de relacionar os argumentos com os dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UN SDGs) da ONU, posicionando a produção de tabaco como o seu principal inimigo. Desta vez, a agenda está alinhada com as negociações por detrás do tratado da ONU sobre plásticos, que será finalizado em dezembro de 2024. É assim que o Secretariado da CQCT da OMS e os milhares de ONG anti-tabaco de todo o mundo trabalham para se manterem relevantes no contexto global.

Evitar o Artigo 17 é também uma ação estratégica. Em outubro passado, foi lançado um conjunto de ferramentas para o Artigo 17. A ITGA estudou o documento em profundidade e encontrou algumas ideias muito valiosas. Após mais de quinze anos de criação deste grupo de trabalho, é finalmente possível sentir algum equilíbrio na argumentação utilizada. No entanto, o conjunto de ferramentas vai, de certa forma, contra a linha agressiva celebrada durante o Dia Mundial sem Tabaco. As alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco continuam a ser a maior lacuna do tratado, simplesmente porque nenhuma foi identificada ao fim de todos estes anos. Por conseguinte, isto pode ser considerado um fracasso. Em última análise, não traz qualquer financiamento devido ao elevado custo dos projetos-piloto, que é a única forma de provar, neste caso específico, a teoria subjacente. Assim, mais anos se passarão e não poderemos esperar mudanças na procura de alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco. Isto significa que os produtores de tabaco são novamente deixados à sua sorte, sem qualquer apoio dos governos, das empresas e apenas com a teoria da CQCT da OMS.

No que diz respeito às discussões não relacionadas com a saúde e o impacto ambiental do consumo de tabaco, a conversa permanece circular. Isto deve-se à falta de inclusão não só dos conhecimentos agrícolas, mas também dos estudos que poderiam esclarecer os esforços de diversificação já efetuados. Esta abordagem irresponsável de omitir deliberadamente informações extremamente relevantes é justificada por parte do CQCT com o Artigo 5.3.

A ITGA concorda com as propostas feitas pelos países e blocos regionais para a implementação das diretrizes da CQCT da OMS quando se trata de reduzir o impacto negativo do consumo de tabaco na saúde, que é, de facto, uma questão mundial. Com o que não podemos concordar é com medidas que diretamente afetam a produção de tabaco como forma de reduzir esse impacto. Principalmente porque esta abordagem tem-se revelado contraproducente.

Ao discutir tais medidas, os países produtores de tabaco deveriam ter a oportunidade de se erguer e defender a importante contribuição socioeconómica que a cultura do tabaco proporciona aos seus países. No entanto, o nível de pressão e intimidação no contexto das reuniões e discussões da COP é tal que chega ao ponto de rotular as delegações dos países do governo à COP com os chamados prémios "*cinzeiro sujo*". Mais curioso é saber que não há vozes públicas a denunciar estes comportamentos abusivos.

A ITGA, enquanto representantes dos produtores de tabaco a nível mundial, observa com preocupação a impunidade aplicada à utilização de argumentos contra a cultura do tabaco sem fornecer dados fiáveis. Um exemplo recente é a alegação da CQCT da OMS de que 200.000 hectares de terra estão a ser limpos todos os anos para cultivar tabaco, quando, na verdade, [a área colhida de tabaco tem diminuído consistentemente na última década](#). Estas falsas alegações são apresentadas à maioria dos países que fazem parte dos debates nas reuniões da COP sem que sejam solicitadas mais informações. Mais ainda, isto acontece num contexto em que existe uma grande desigualdade nos conhecimentos especializados relacionados com a cultura do tabaco, uma vez que os três principais mercados produtores de tabaco representam aproximadamente [dois terços da produção mundial de tabaco](#), de todos os 183 signatários.

Se olharmos para o montante de financiamento dedicado a este esforço antitabaco, juntamente com os esforços feitos pelos países para enviar delegações à COP contra as conclusões filtradas no final da semana, deve ser muito dececionante para os países que gastam milhões de dólares para financiar uma organização que os premeia com um *"cinzeiro sujo"*. A menos que estas preocupações sejam adequadamente abordadas, na ITGA, não podemos imaginar como é que as importantes tarefas que a CQCT inicialmente procurou realizar podem ser realisticamente cumpridas.